

## 1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto - SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP.

### 1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto - SP, compreende:

- a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel (“Santa Isabel”), situada na região do bairro Sete Quedas;
- b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

### 1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

Em 30 de abril de 2011, foi realizado o 10º Termo de alteração do contrato de concessão, onde definiram-se:

- a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

Período de vigência			Tarifa por m <sup>3</sup> de esgoto tratado	Varição real da tarifa
jun/11	a	mai/12	2,2500	
jun/12	a	mai/13	2,3288	3,50%
jun/13	a	mai/14	2,3753	2,00%

Ressalta-se que de acordo com a cláusula contratual do referido termo, os valores das tarifas retro mencionadas serão atualizadas anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

## SANESALTO SANEAMENTO S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Desta forma as tarifas atualizadas e praticadas até 31 de dezembro de 2019 são:

Período de vigência			Tarifa por m <sup>3</sup> de esgoto tratado	Variação nominal da tarifa
jan/13	a	dez/13	2,4446	
jan/14	a	set/14	2,6092	6,73%
out/14	a	mai/15	2,8009	7,35%
jun/15	a	mai/16	3,0097	7,45%
jun/16	a	mai/17	3,4901	15,96%
jun/17	a	mai/18	3,5690	2,26%
jun/18	a	dez/19	3,6100	1,15%
jan/20	a	dez/20	4,0000	10,80%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- b) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.
- c) Em 31 de julho de 2019 a ARES-PCJ (Agencia Reguladora) emitiu nota técnica nº 021/2019 em análise do impacto do reajuste da tarifa dos serviços públicos de tratamento de esgotos urbanos do município de Salto, suspendeu até 31 de dezembro de 2019 o reajuste do valor da contraprestação da Sanesalto de 10,808%, alegando desequilíbrio econômico financeiro do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. A Companhia pretende recuperar este reajuste no próximo ano, mediante pedido de reequilíbrio de contrato.

### 1.3. Reversão do passivo a descoberto, capital circulante líquido negativo e de prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no valor de R\$ 1.400 (R\$ 8.022 em 2018). A Administração da Companhia está empenhada na reversão do atual cenário, que foram formados por um custo histórico defasado de tarifas previstas no Contrato de Concessão, bem como pelo custo financeiro de emissão das debêntures e investimentos realizados.

Desde 2011, com a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, este cenário de prejuízos acumulados vem sendo revertido. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu o passivo a descoberto.

Os acionistas também efetuaram aportes financeiros por meio de adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de suprimento do caixa e manutenção do cumprimento de suas obrigações, onde estavam aguardando somente a conversão destes AFACs em capital social

com emissão de novas ações ao valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. Fato este que ocorreu no início de 2020 com a liquidação da 1ª emissão de debêntures (nota 26). Os acionistas garantem o apoio financeiro necessário para que a Companhia possa honrar suas obrigações vincendas a curto prazo.

Em decorrência da defasagem tarifária no início do contrato e buscando a viabilidade financeira da Companhia, em 26 de junho de 2014 a Assembleia Geral de Debenturistas alterou as condições e características das debêntures, conforme mencionado na Nota 9, impactando em redução significativa dos juros financeiros sobre as debêntures. Desta forma, possibilitou com que a Companhia liquidasse antecipadamente as debêntures, conforme nota 9.5.

A Administração da Companhia, com base na avaliação do fluxo de caixa futuro da concessão, mesmo sendo prorrogado o reajuste tarifário, prevê aumento de receitas com base na atualização de tarifas, no mínimo de reposição inflacionária, e aumento de volume de tratamento, baseado em crescimento populacional e novas indústrias na região. O fluxo de caixa operacional futuro será suficiente para liquidação do passivo circulante.

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

#### **1.4. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de março de 2020.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras:**

#### **2.1. A declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das

demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

### **2.3. Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

### **2.4. Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

#### **2.4.1. Divulgação de informações por segmento**

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP, consideradas um único segmento operacional, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Desta forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e de controle da Administração.

#### 2.4.2. Ativos e passivos financeiros

##### Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

##### • Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### 2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### 2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

#### 2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.4.6 Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do

“contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

▪ **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

**Intangível:** Os ativos intangíveis, referente ao contrato de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, conforme demonstrado na nota 7.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

▪ **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

#### 2.4.7. Passivo circulante e não circulante

▪ **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

▪ **Imposto de renda e contribuição social:** A companhia apresentou lucro tributável durante todo o exercício, como já era previsto optou-se pela apuração do lucro real por balancetes de suspensão e redução. Em razão da Companhia operar com prejuízo até o início do exercício, foram utilizados o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social para compensação dos mesmos.

▪ **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

▪ **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder

- ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

**Básico:** Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

**Diluído:** Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

#### 2.4.8. Ajustes a valor presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

#### 2.4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:  
**Receitas:** A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos;

e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

**a) Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**b) Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

**c) Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

#### 2.4.10. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

#### 2.4.11. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

b) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

c) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.6. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

## 2.5. Mudanças em políticas contábeis.

### 2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A seguinte nova norma foi emitida, e está em vigor para o exercício de 2019, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades foram mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso foram mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não houve impactos na adoção inicial, apenas na mensuração subsequente, pois houveram apenas contratos de arrendamento durante o exercício corrente.

. ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Taxes) ("CPC 32 / IAS 12") quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia e suas controladas, avaliaram e adotaram a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

Ativo circulante	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e saldos em conta corrente bancária	791	133
Aplicações financeiras de curto prazo	-	71
	<u><b>791</b></u>	<u><b>204</b></u>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Títulos de valores mobiliários</b>		
Aplicações financeiras de curto prazo (CDB) (*)	2.088	-
	<u><b>2.088</b></u>	<u><b>-</b></u>

(\*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro 2019 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI, contra 96% do CDI em 31 de dezembro de 2018. As aplicações financeiras no Ativo não Circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures.

### 4. Contas a receber

#### 4.1. Composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber	3.089	3.080
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(76)	(82)
	<u><b>3.013</b></u>	<u><b>2.998</b></u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias. Mesmo assim a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, mesmo estando dentro deste prazo.

#### 4.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	1.844	1.934
Vencidos até 30 dias	636	598
Vencidos de 31 até 60 dias	280	284
Vencidos de 61 até 180 dias	253	182
Vencidos há mais de 181 dias	76	82
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(76)	(82)
	<u><b>3.013</b></u>	<u><b>2.998</b></u>

#### 4.3. Movimentação da PCLD

Saldo da PCLD em 31/12/2018	<u>82</u>
Baixas por recuperabilidade	(13)
Entradas por perdas	<u>7</u>
Saldo da PCLD em 31/12/2019	<u><b>76</b></u>

#### 5. Tributos a Recuperar

Ativo circulante	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
COFINS a Recuperar	71	148
PIS a Recuperar	16	32
IRPJ a Recuperar por Estimativa	334	-
CSLL a Recuperar por Estimativa	84	-
IRRF s/Aplicação Financeira	-	1
Outros tributos a recuperar	7	-
	<u><b>512</b></u>	<u><b>181</b></u>

#### 6. Créditos com partes relacionadas - Créditos tributários

##### 6.1 Créditos tributários - Partes relacionadas

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da

## SANESALTO SANEAMENTO S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, sem vencimento definido, sem juros ou correção monetária, desta forma, foram reclassificados no início do exercício de curto para longo prazo. Foram constituídos créditos com as seguintes empresas do grupo:

Ativo não circulante	31/12/2019	31/12/2018
<b>Créditos tributários - Controladores</b>		
Conasa Infraestrutura S.A.	3.913	3.913
<b>Créditos tributários - Outras Partes relacionadas</b>		
Companhia Aguas de Itapema	2.917	3.467
Companhia Aguas de Santo Antônio	324	324
Sanetrat Saneamento S/A	689	689
	<b>3.930</b>	<b>4.480</b>
	<b>7.843</b>	<b>8.393</b>

## 6.2 Créditos com controladores

	Ativo circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	-	1.346
	-	<b>1.346</b>
	Ativo não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	2.810	-
	<b>2.810</b>	-

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas Companhias. Em função desses aspectos, a administração decidiu reclassificar os saldos para o longo prazo.

## 6.3 Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 22 (em 2018

## SANESALTO SANEAMENTO S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$ 165), referente as despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nestes serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo (Fornecedores)	
	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	22	165

	Resultado (Despesas administrativas)	
	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	2.583	1.962

#### 6.4 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 304 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

## 7. Intangível

### 7.1. Composição:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	73.958	(31.543)	42.415	73.916	(28.106)	45.810
Licença de uso de software	116	(115)	1	116	(115)	1
Indenização efetiva (*)	(1.800)	1.019	(781)	(1.800)	931	(869)
	<u>72.274</u>	<u>(30.639)</u>	<u>41.635</u>	<u>72.232</u>	<u>(27.290)</u>	<u>44.942</u>

(\*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores estão sendo amortizados até o prazo final da concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7.2. Movimentação:**

	31/12/2019		
	Contratos de concessão valor patrimonial e indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
<b>Custo:</b>			
Saldo inicial	72.116	116	72.232
Transferências	-	-	-
Adições	42	-	42
<b>Saldo final</b>	<b>72.158</b>	<b>116</b>	<b>72.274</b>
<b>Amortização acumulada:</b>			
Saldo inicial	(27.175)	(115)	(27.290)
Adições	(3.349)	-	(3.349)
<b>Saldo final</b>	<b>(30.524)</b>	<b>(115)</b>	<b>(30.639)</b>
Saldo inicial	44.941	1	44.942
Transferências	-	-	-
Movimentações líquidas	(3.307)	-	(3.307)
	<b>41.634</b>	<b>1</b>	<b>41.635</b>

**7.3. Serviços de construção**

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de construção	42	1.845
Custo de construção	(42)	(1.845)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

**7.4. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão**

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Neste contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de amortização do intangível	4,65%	4,99%

### Teste de impairment do intangível

A Companhia elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, considerando o crescimento vegetativo (3% a.a.), a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 12,10% a.a.. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais premissas incluídas no teste (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

## 8. Direito de uso e passivo de arrendamentos

### 8.1. Direito de uso:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Direito de uso - Arrendamento	302	-
( - ) Amortização do direito de uso - Arrendamento	(26)	-
	<u>276</u>	<u>-</u>

**Síntese da movimentação do direito de uso:**

	01/01/2019	Amortização	31/12/2019
Direito de uso - Arrendamentos	302	(26)	276

**8.2. Passivo de arrendamentos:**

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante - Passivo de arrendamentos	55	-
Não circulante - Passivo de arrendamentos	224	-
	<b>279</b>	<b>-</b>

**Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:**

	Adoção Inicial 01/01/2019	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2019
Passivo de arrendamentos	-	(37)	(29)	345	279
	-	(37)	(29)	345	279

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC 06 R-02.

**9. Debêntures****9.1. Composição:**

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures (2ª emissão)	-	-	10.345	46.092
Debêntures (3ª emissão)	5.426	48.957	-	-
	<b>5.426</b>	<b>48.957</b>	<b>10.345</b>	<b>46.092</b>

## 9.2. Movimentação

Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	56.437
( - ) Pagamentos do principal	(39.250)
( - ) Pagamentos de juros	(24.303)
Provisão de juros	7.116
3ª Emissão de debêntures	54.383
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>54.383</u>

## 9.3. Primeira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a primeira emissão de debêntures, privadas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série. Até 31 de dezembro de 2019 as debêntures não foram emitidas.

## 9.4. Segunda emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a segunda emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 36 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 36.000. A emissão das debêntures públicas foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 29 de setembro de 2004, com vencimentos anuais em 1 de junho dos anos subsequentes.

A remuneração pactuada para as debêntures era de 11,5% a.a. acrescida da variação ocorrida no período de 12 meses anterior no IGP-M, com vencimento todo dia 1º de cada mês, tendo como última parcela a data de 25 de maio de 2025.

## 9.5. Alteração nas condições e características das debêntures

Na Assembleia Geral de Debenturistas, em 26 de junho de 2014, foram aprovadas as alterações nas condições e características das debêntures, dando origem ao 3º Aditamento à escritura da 2ª emissão das debêntures. As alterações provenientes destas determinações estão abaixo resumidas:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, a partir de 1º de julho de 2014;
- A partir de 26 de junho de 2014 a remuneração será de 6,25% a.a.;
- Alongamento do prazo da dívida para 120 parcelas mensais sucessivas, em que o primeiro vencimento será 26 de junho de 2015 e o último vencimento será dia 26 de maio de 2025;
- A liquidação total das debêntures se deu em 27 de dezembro de 2019 pelo valor de R\$ 52.836.

### 9.6 Terceira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA - Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias uteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

### 9.7. Amortização da dívida com debêntures

	<u>31/12/2019</u>
Vencimento em	
2020	8.400
2021	8.400
2022	8.400
2023	8.400
2024	8.400
Após 2024	13.000
	<u>55.000</u>

**9.8. Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”**

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Não há *covenants* financeiros.

A Companhia cumpre integralmente as cláusulas restritivas.

**10. Encargos tributários a pagar**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Circulante</b>		
PIS a recolher	214	938
COFINS a recolher	46	204
Imposto de renda	-	36
Contribuição social	-	19
Outros impostos	18	7
<b>Total</b>	<u>278</u>	<u>1.204</u>

**11. Impostos e contribuições parcelados**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Circulante</b>		
Parcelamento de PIS	233	-
Parcelamento de COFINS	51	-
Parcelamento de IRPJ	104	-
Parcelamento de CSLL	29	-
<b>Total</b>	<u>417</u>	-
<b>Não circulante</b>		
Parcelamento de PIS	816	-
Parcelamento de COFINS	177	-
Parcelamento de IRPJ	364	-
Parcelamento de CSLL	102	-
<b>Total</b>	<u>1.459</u>	-
	<u>1.876</u>	-

No primeiro semestre de 2019 a Companhia reformulou seus fluxos de caixa, deixando em atraso os tributos federais, os quais, foram adequados e parcelados no início do

## SANESALTO SANEAMENTO S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

segundo semestre.

#### 12. Debêntures com Partes Relacionadas

A coligada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título era remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. seria amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025. Em 28 de dezembro de 2015, a acionista Conasa Infraestrutura S.A. recebeu como aporte de capital debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A. Em 30 de dezembro de 2019 as debêntures foram liquidadas em sua totalidade.

	Quantidade	Passivo	
		31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	7.508	-	11.770
CONASA SPE S.A.	7.200	-	11.287
	<u>14.708</u>	<u>-</u>	<u>23.057</u>

#### 13. Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 31 de dezembro de 2019, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R\$ 1.059 (em 2018 de R\$ 378).

Demais contas a pagar	31/12/2019	31/12/2018
SAAE - Serviço Autônomo Água e Esgoto	<u>1.059</u>	<u>378</u>

#### 14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

**14.1. Composição por probabilidade de perda:**

Probabilidade de Perda	Cível	
	31/12/2019	31/12/2018
Provável	118	118

A provisão de contingência no montante de R\$ 118, referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

**14.2 Processos com probabilidade de perda possível**

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como remoto, e dessa forma, não existem causas possíveis a serem divulgadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**15. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha o seu passivo a descoberto no valor de (R\$ 835). Durante o exercício de 2019 este foi revertido encerrando em R\$ 51.

### 15.1 Capital social

O Capital social é de R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, rerepresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
GPI Participações e Investimentos S.A.	1.000.903	50,05%	1.000.903	50,05%
CONASA - Infraestrutura S.A.	999.097	49,95%	999.097	49,95%
	<b>2.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>2.000.000</b>	<b>100%</b>

### 15.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A Companhia mantém no patrimônio líquido o seguinte saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) com partes relacionadas:

	31/12/2019	31/12/2018
CONASA - Infraestrutura S.A.	12.574	12.574
	<b>12.574</b>	<b>12.574</b>

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão apresentados no patrimônio líquido, sem a possibilidade de sua devolução e dependendo de autorização dos debenturistas para o aumento de capital. A expectativa da administração da Companhia é de realizar a integralização deste AFAC quando da liquidação total das debêntures, o que ocorreu em 27 de dezembro de 2019. O AFAC foi cedido pela GPI através do contrato de compra e venda de ações e seu primeiro aditivo em sua totalidade à CONASA Infraestrutura S.A. O adiantamento atendia aos requisitos para registro no patrimônio, sendo: irrevogável e irretroatável, foi feito na moeda funcional da Companhia e já possui um número determinado de ações que serão emitidas e com valor fixo do aumento de capital. No início de 2020 a Companhia já está apta a integralizar o valor total do AFAC.

### 16. Receita líquida dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de serviços	25.187	24.989
Receitas de construção	42	1.845
Devoluções e cancelamentos	(44)	(295)
Tributos	(1.635)	(1.681)
	<b>23.550</b>	<b>24.859</b>

**17. Custos dos serviços prestados**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(2.103)	(1.864)
Mão de obra na operação	(771)	(709)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(1.299)	(1.056)
Amortização do intangível e depreciação do imobilizado	(3.375)	(3.228)
Custo de construção	(42)	(1.845)
	<u>(7.590)</u>	<u>(8.703)</u>

**18. Despesas comerciais**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas com pessoal	(283)	(278)
PCLD	(6)	71
Despesas com informática	(332)	(340)
Outras despesas comerciais	(235)	(299)
	<u>(856)</u>	<u>(846)</u>

**19. Despesas gerais e administrativas**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(3.490)	(2.671)
Aluguéis e locação	(79)	(105)
Serviços prestados por terceiros	(1.647)	(1.671)
Depreciação	(45)	(16)
Despesas com viagem	(85)	(75)
Despesas com Informática	(29)	(28)
Impostos, taxas e contribuições	(379)	(481)
Outras despesas	(185)	(159)
	<u>(5.939)</u>	<u>(5.205)</u>

**20. Resultado financeiro**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas com juros	4	6
	<u>4</u>	<u>6</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(7.116)	(7.780)
Outros juros e multas	(42)	(38)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(130)	-
Juros sobre benefícios do PERT	-	(223)
Comissões e despesas bancárias	(421)	(361)
	<u>(7.709)</u>	<u>(8.402)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.705)</u>	<u>(8.396)</u>

**21. Instrumentos financeiros****a. Análises dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

**b. Categoria de instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Categoria	31/12/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.879	2.879	204	204
Contas a receber	Custo amortizado	3.013	3.013	2.998	2.998
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.810	2.810	1.346	1.346
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	839	839	808	808
Debêntures	Custo amortizado	54.383	54.383	56.437	56.437

## c. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

## (a) Risco de mercado:

**Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

	Risco	Taxa atual	Saldo total	Valor em risco	Cenários		
					Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
<b>Ativo financeiro</b>							
Aplicações financeiras	Redução da taxa CDI	6,42%	2.088	134	1	1	1
<b>Passivo financeiro</b>							
Debêntures	DI + 4%	8,40%	54.383	4.568	(2.453)	(3.066)	(3.679)
			<u>52.295</u>	<u>4.434</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(3.067)</u>	<u>(3.680)</u>

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

**Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

## 22. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	886	989
Média ponderada de ações em circulação	2.000.000	2.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>0,4430</u>	<u>0,4945</u>

**Diluído:** A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

## 23. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia optou pela apuração do lucro real com balancete de suspensão ou redução levantados mensalmente, desta forma, acumulou lucros quase todos os meses, podendo assim utilizar-se dos créditos de prejuízos fiscais e bases negativas de períodos anteriores. A Companhia também utilizou estes créditos, com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, conforme lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, em que também poderia quitar débitos tributários com imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas, além de transferir créditos para empresas coligadas. Em dezembro de 2018 no momento da consolidação do PERT, em decorrência das variações nos cálculos da Receita Federal em relação aos da Companhia, houve ajustes nos saldos de prejuízos fiscais do Imposto de Renda e da base negativas da Contribuição Social.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia usou o saldo restante de imposto de renda sobre prejuízo fiscal, restando apenas saldo da base negativa da CSLL. Abaixo temos o demonstrativo com os ajustes de saldo e utilização dos créditos:

## a) Saldos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>204</b>	<b>374</b>
(+) Estorno de prejuízo fiscal utilizado em Coligadas	-	1.738
(-) Complemento de prejuízo fiscal utilizado na controladora		(577)
(-) Complemento de prejuízo fiscal utilizado em coligadas	-	(301)
(-) Complemento de prejuízo fiscal usado em débitos próprios	-	(656)
(-) Baixa por aproveitamento no exercício	(204)	(374)
<b>Saldo de prejuízo fiscal</b>	<b>-</b>	<b>204</b>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Base negativa da contribuição social</b>	<b>6.487</b>	<b>374</b>
(+) Estorno da base negativa utilizado em coligadas	-	1.738
(+) Estorno da base negativa na controladora		5.705
(-) Complemento da base negativa em coligadas	-	(301)
(-) Complemento da base negativa usado em débitos próprios	-	(655)
(-) Baixa por aproveitamento no exercício	(328)	(374)
<b>Saldo da base negativa da contribuição social</b>	<b>6.159</b>	<b>6.487</b>

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia prevê que liquidará os créditos da base negativa da contribuição social já nos próximos exercícios, porém, não registrou os tributos diferidos ativos em função do histórico de prejuízos fiscais e bases negativas nos anos anteriores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a reconciliação do IRPJ e CSLL com alíquota efetiva:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.273	1.562
Aliquota Nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(433)	(531)
<b>Ajustes da base tributável</b>		
Despesas indedutíveis	469	-
Outras diferenças permanentes	(648)	(531)
IRPJ e CSLL s/prejuízos fiscais e base negativa	(532)	(42)
	<b>(711)</b>	<b>(573)</b>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(467)	(511)
Diferido	80	(62)
	<b>(387)</b>	<b>(573)</b>
Aliquota efetiva	<b>30%</b>	<b>37%</b>

## 24. Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto e do Prédio Comercial, com vigência de 12/09/2019 a 12/09/2020 e 19/05/2019 a 19/05/2020, respectivamente. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto	25.060	6.000
Prédio comercial	600	
	<b>25.660</b>	<b>6.000</b>

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

<b>Cobertura</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>
Incêndio, raio e explosão	15.900
Alagamento / inundação	100
Danos elétricos	2.400
Responsabilidade civil operações	100
Roubo e/ou furto qualificado de bens	30
Roubo de valores	30
Vendaval	500
Lucros cessantes	6.000
	<b>25.060</b>

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## **25. Outros compromissos**

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

## **26. Eventos subsequentes**

Em 4 de fevereiro de 2020 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, integralizou o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 12.574 correspondente a 12.573.546 ações ordinárias.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado, podendo afetar evolução de receitas, em especial com aumento de inadimplência caso haja agravamento da situação econômica.

**Mario Vieira Marcondes Neto**  
Diretor Administrativo/Financeiro

\*

**Isaac do Nascimento**  
Contador PR 043806/O-1

\*

\*